

COMUNICADO

FNE avança com pedido de revisão do CCT com a CNEF

A FNE avançou com um pedido de revisão das tabelas salariais dos docentes e trabalhadores de apoio educativo à direção da Confederação Nacional da Educação e Formação (CNEF).

Apesar de o Contrato Coletivo de Trabalho (CCT) ter sido revisto em abril de 2022 para um período de vigência de dois anos, **a FNE e os sindicatos da Mesa Negocial da Frente de Sindicatos da UGT (FSUGT)** com representatividade no setor do ensino privado e profissional **acionaram a cláusula nº 71**, que salvaguarda a abertura de um processo negocial em 2023, no caso da inflação média de 2022 se fixar acima de 1%.

O ponto nº 2 daquele artigo prevê que os seus efeitos sejam produzidos a partir de setembro do corrente ano.

A **crise inflacionista** assim como a **invasão da Ucrânia** trouxeram consequências às economias de todo o mundo, gerando uma **subida descontrolada da inflação** e colocando o poder de compra dos trabalhadores e das famílias portuguesas em grande perda.

Cenários que não se verificavam em janeiro de 2022, momento em que a FNE e a FSUGT iniciaram as negociações de revisão do CCT do ensino privado e profissional com a CNEF e respetivas tabelas remuneratórias, para vigorar a partir de setembro de 2022.

As propostas da FNE visam as remunerações e a valorização das carreiras e assentam na alteração das percentagens nas tabelas de docentes e não docentes do Continente, Madeira e Açores, que lhes permita o alívio da asfixia financeira que afeta todos, sem exceção.

A FNE aguarda com serenidade uma resposta à proposta que foi enviada à Direção da CNEF, para **abertura de um processo negocial**, com a esperança de que, do lado dos representantes dos empregadores da educação privada, haja uma receptividade positiva às propostas apresentadas pela federação, integrada na Frente de Sindicatos da UGT, coordenada pelo Secretário-Geral Adjunto da FNE, José Ricardo Coelho.

Porto, 24 de maio de 2023

A Comissão Executiva